

**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**  
**Fundo Municipal de Promoção do Idoso**  
**Lei Orçamentária Anual**

<b>SIGLA</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PARTICIPANTES</b>	<b>PODER PÚBLICO</b>
<b>FUMPI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporcionar e aplicar recursos na formulação e implementação das políticas municipais voltadas para a promoção do idoso no âmbito do município de Juiz de Fora</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselho Municipal do Idoso (membros governamentais e não governamentais)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinculado à SEDH</li> <li>• Gestor: Gabriel dos Santos Rocha</li> </ul>
<b>Legislação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 11.701 de 18 de novembro de 2008</li> <li>• Lei nº 13.612 de 08 de dezembro de 2017</li> <li>• Decreto nº 13.187 de 30 de janeiro de 2018</li> <li>• Lei nº 13.830 de 31 de janeiro de 2019</li> <li>• Lei nº 14.159 de 31 de janeiro de 2021</li> <li>• Lei nº 14.192 de 09 de junho de 2021</li> <li>• Decreto nº 15.106 de 21 de março de 2022</li> <li>• Decreto nº 15.906 de 25 de maio de 2023</li> </ul>		

**• Os recursos do Fundo deverão ser aplicados em**

- Financiamento total ou parcial dos programas projetos e serviços de atendimento e promoção dos idosos desenvolvidos pelas entidades governamentais e não-governamentais.
- Aquisição de materiais permanentes e de consumo, bem como outros insumos necessários ao funcionamento de programas sociais executados pelas entidades públicas que prestam atendimento aos idosos.
- Construção, ampliação, reforma, aquisição ou locação de imóveis destinados à prestação de serviços aos idosos.
- Desenvolvimento de fóruns, pesquisas e estudos sobre temas atinentes à 3.<sup>a</sup> idade, destinados a subsidiar a formulação de diretrizes, que orientarão as políticas municipais para os idosos.
- Formulação e implementação de planos, programas e projetos destinados aos idosos;
- Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, que atuam nos planos, programas e projetos voltados para os idosos.
- Pagamento do benefício de prestação continuada devido ao idoso, na forma do que prescreve a Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (LOAS).